

# Território (i)material e Geografia Agrária: paradigmas em questão<sup>1</sup>

**Janaina Francisca de Souza Campos Vinha**

Professora Doutora Colaboradora do Departamento de Geografia da UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), *Campus* de Presidente Prudente. Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Projetos e Pesquisas de Reforma Agrária - NERA  
e-mail: janaina@fct.unesp.br

## Resumo

Neste artigo, propomos uma análise do pensamento geográfico fundada na construção de uma leitura espacial que relacione o debate paradigmático e os territórios (i)materiais. A disputa territorial está presente no conhecimento científico e não pode ser compreendida apenas com foco na materialidade. O conhecimento, a produção das ideias e o pensamento, elementos que fazem parte da imaterialidade, estão intimamente conectados à realidade material contida nos modelos de desenvolvimento para o campo. Como parte e expressão do pensamento geográfico, o conhecimento compartilhado pelos pesquisadores de grupos de pesquisa são territórios imateriais que procuram contribuir com o desenvolvimento de territórios materiais. Para intermediar o debate, dois paradigmas orientaram a leitura apresentada: o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA). Para o primeiro, o modelo de desenvolvimento do campo compartilhado pelos pesquisadores depende do sistema capitalista e deve correr paralelamente às estruturas de mercado e controle do Estado. No segundo, a perspectiva está na transformação da sociedade, no enfrentamento e na superação do capitalismo, sendo a luta camponesa pela terra uma luta contra o capital.

**Palavras-chave:** Território, Paradigma, Geografia Agrária, Pensamento geográfico, Grupos de pesquisa.

## Abstract

### Immaterial territory and Agrarian Geography: paradigms in question

In this article, we propose an analysis of geographical thought founded in the construction of a spatial reading that relates the paradigmatic debate and immaterial territories. The territorial dispute is present in scientific knowledge and can not be understood solely focusing on materiality. The knowledge, the production of ideas and thought, elements that are part of immateriality, are closely connected to the material reality of model development for the field. As part of geographical thought and expression, shared by researchers aware of research groups are immaterial territories that seek to contribute to the development of materials territories. To mediate the debate, two paradigms have guided the displayed reading: Paradigm of Agrarian Capitalism (PCA) and the Paradigm of Agrarian Question (PQA). For the first, the development model of the field shared by researchers depends on the capitalist system and should run parallel to the structures of market and state control. In the second, the perspective of the research is the transformation of society in confronting and overcoming of capitalism, with the peasant struggle for land a fight against capital.

---

<sup>1</sup> Este texto é parte da tese de doutorado concluída no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT-UNESP) intitulada **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. A pesquisa contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

**Keywords:** Territory, Paradigm, Agrarian Geography, Geographic thought, Research groups.

## Resumen

### Inmateriales territorio y Geografía Agrícola: paradigmas en cuestión

En este artículo proponemos un análisis del pensamiento geográfico fundada en la construcción de una lectura espacial que relaciona la inmaterial debate y territorios paradigmático. Una disputa territorial está presente en el conocimiento científico y no puede ser entendida únicamente se centra en la materialidad. El conocimiento, la producción de ideas y pensamiento, elementos que forman parte de la inmaterialidad, están estrechamente vinculados a la realidad material de desarrollo del modelo para el campo. Como parte del pensamiento geográfico y de expresión, compartida por investigadores conscientes de los grupos de investigación son territorios inmateriales que buscan contribuir al desarrollo de materiales territorios. Para mediar en el debate, dos paradigmas han guiado la lectura indicada: Paradigma del Capitalismo Agrario (PCA) y el Paradigma de la Cuestión Agraria (PQA). Para la primera, el modelo de desarrollo del campo compartido por los investigadores depende del sistema capitalista y debe correr paralela a las estructuras de control de mercado y el Estado. En la segunda, la perspectiva es en la transformación de la sociedad para afrontar y superar el capitalismo, con la lucha campesina por la tierra una lucha contra el capital.

**Palabras-clave:** Territorio, Paradigma, Agraria Geografía, Pensamiento geográfico, Grupos de investigación.

## Introdução

A diversidade teórico-metodológica do pensamento geográfico pode ser interpretada de inúmeras formas. Autores e intelectuais, correntes teórico-metodológicas, escolas geográficas e temáticas são alguns exemplos que podem explicitar tal diversidade. Neste artigo, propomos uma forma de análise do pensamento geográfico fundada no debate paradigmático, no qual o conhecimento produzido pela Geografia Agrária ganha tônica. Sugerimos a construção de uma leitura espacial e geográfica que relaciona o debate paradigmático, a questão agrária e os territórios (i)materiais como modo de contribuir e qualificar os estudos em Geografia.

Dialogamos, principalmente, com Santos (1988; 1996) e Fernandes (2005; 2006; 2008; 2009). Fernandes entende os paradigmas como territórios (i)materiais. A Geografia é compreendida como um saber repleto de questões político-ideológicas que revelam visões de mundo que, na universidade, se materializam nos estudos, por meio de teorias e métodos científicos, elementos que são amplamente socializados e compartilhados pelos(as) pesquisadores(as). Com esta concepção, apresentamos um esforço crítico-reflexivo que, ao apropriar-se dos conceitos de paradigma e território, argumenta que a Geografia deve realizar um exercício filosófico rumo à superação, questionamento e autonomia (SANTOS, 1988). É preciso se preocupar com a construção de leituras próprias à este campo, uma vez que cada disciplina é capaz de desenvolver a sua própria filosofia. Isso quer dizer que a Geografia deve ser “pensada de dentro”, a partir do espaço, em que a teoria geográfica deve conter o domínio espacial, seu objeto de análise (SANTOS, 1988).

Como visto, Santos (1988; 1996) defende a realização de uma leitura geográfica, fator impreterível para que formulações teóricas e epistemológicas sejam elaboradas sobre o espaço humano. Como advertido pelo mesmo autor, a filosofia deve servir apenas como um “guia”, pois o conceito de espaço discutido por ela está direcionado à abstração, a

matemática e a lógica, o que exige que sejam realizadas maiores reflexões sobre esse conceito para a Geografia que estendam suas concepções.

Mesmo com concepções teórico-metodológicas distintas e diversas, o debate também contou com as significativas contribuições de Lefébvre (1983; 1991), Kuhn (2007) e Fleck (2010). A perspectiva dialética proposta por Lefébvre para a superação da lógica formal foi basilar para a interpretação dos paradigmas, conceito consolidado por Kuhn (2007) na década de 1960 que, incorporado de forma recorrente e por vezes equivocada no vocábulo científico geográfico, neste artigo passa a ser discutido segundo seus limites e possibilidades para a Geografia. Na década de 1930, Fleck (2010) propôs o debate de estilos de pensamento e coletivos de pensamento, ideias que inspiraram Kuhn ao investigar o desenvolvimento da atividade científica junto às Ciências Exatas.

Na tentativa de exercitar esse esforço crítico-reflexivo em prol de uma leitura geográfica é que encaminhamos as próximas linhas. Num primeiro momento, esclarecemos o significado espacial dos territórios (i)materiais que sustenta o debate paradigmático na Geografia Agrária tendo em vista oito grupos de pesquisa em São Paulo: *Centro de Estudos de Geografia do Trabalho* (CEGeT), *Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária* (GEDRA) e o *Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária* (NERA), os três da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Presidente Prudente; *Núcleo de Estudos Agrários* (NEA), da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Rio Claro; *Geografias da Modernidade: geografia e gênero, família e trabalho, Geografia Agrária e Agricultura e Urbanização*, da Universidade de São Paulo (USP); e o *Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro*, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Posteriormente, incorremos aos fundamentos que compõem o debate paradigmático e como ele se apresenta junto a Geografia Agrária, trazendo dois grandes eixos paradigmáticos: o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA).

## **Espaço e território em movimento: o conceito de território (i)material na análise paradigmática da Geografia Agrária**

Dada sua amplitude teórico-conceitual, a principal categoria e objeto de análise da Geografia, o espaço, pode ser entendido de diferentes modos, o que implica definir *a priori* e com o devido rigor e coerência teórico-metodológica de qual espaço nos referimos. É com esta preocupação, na busca por atribuir um caráter geográfico sobre os paradigmas de estudo na Geografia Agrária, é que serão tecidas algumas reflexões com base nos conceitos de espaço e território.

Para a interpretação paradigmática do pensamento geográfico, o espaço do qual estamos nos referindo e partindo é o espaço social. O espaço social é permissível a uma interpretação sobre a realidade produzida pela sociedade capitalista (LEFÉBVRE, 1991), uma vez que, desde “[...] que a natureza é uma natureza humanizada, a explicação não é física, mas social. A geografia deixa de ser uma parte da física, uma filosofia da natureza, para ser uma filosofia das técnicas” (SANTOS, 1988, s/p).

Como uma dimensão da realidade, o espaço social é composto pela materialização da existência humana (LEFÉBVRE, 1991), que é criado pela natureza e transformado permanentemente pelas relações sociais, estas capazes de produzir outros tipos de espaços materiais e imateriais – políticos, econômicos, culturais e ambientais, por exemplo. Por produzir-se e ser produzido, ele é multidimensional, pois comporta uma variada gama de dimensões (FERNANDES, 2005). Além de multidimensional é multi(pluri) escalar, cuja dinâmica é inerente aos processos de “*completibilidade, conflitualidade e interação*” (FERNANDES, 2005, p. 26).

Ao definir esse espaço multidimensional, Fernandes (2005) traz para o debate aspectos concernentes à composicionalidade e à completitude. A composicionalidade trata de todas as propriedades e a completitude das qualidades que compõem o espaço:

Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como *composicionalidade*, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e onde se chega. Por conseguinte, o espaço é uma *completitude*, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, a política e a economia (FERNANDES, 2005, p. 26).

Os sujeitos são responsáveis pela produção de espaços ao mesmo tempo em que são produtos desse espaço. O espaço é produzido a partir das relações sociais, da natureza e da artificialidade, sendo o espaço social uma das inúmeras dimensões que o espaço geográfico contém (FERNANDES, 2005). O espaço é constituído pelos sistemas de ações e de objetos (SANTOS, 1996) que, predominantemente, geram espaços fragmentados, singulares e conflitivos. Esses espaços são frutos de intencionalidades que estão contidas nas relações sociais, em ações promovidas por sujeitos que selecionam suas próprias leituras sobre o mundo e lugares onde praticam ações.

A intencionalidade caracteriza-se por ser um modo específico e direcionado de compreensão dos fatos, isto é, consiste numa visão de mundo intrínseca a grupos e classes sociais para a materialização de sua existência. Todos os sujeitos carregam intencionalidades, pois é preciso delimitar e diferenciar suas leituras sobre o espaço geográfico (FERNANDES, 2005). A intencionalidade determina a representação do que ver e como agir, e se constitui como uma forma de poder que mantém sua representação materializada ou imaterializada no espaço (FERNANDES, 2005).

Os sujeitos são capazes de criar suas próprias leituras – que podem ser dominantes ou não –, e variam de acordo com os campos de forças que estão em jogo. Quando dotado de intencionalidade, o espaço é circunscrito a uma representação unidimensional da visão que o criou a qual, embora seja parcial, é representada por seus criadores como total e multidimensional (FERNANDES, 2005).

Ao construir uma leitura do espaço a partir de uma dada intencionalidade, os sujeitos, aqui representados pelos pesquisadores vinculados a grupos de pesquisa, pensam o espaço agrário organizando e criando *poderes explicativos*, disputando e debatendo seus paradigmas na procura de garantir a soberania diante da comunidade científica. Neste momento, o território enquanto espaço geográfico específico é produzido. “O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder” (FERNANDES, 2005, p. 27). O espaço é a prisão original e o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993).

Como fração do espaço, o território também está imerso à natureza e às relações sociais. Ele é formado a partir do espaço e possui relações atinentes com o poder. Embora distintos, espaço e território são complementares e estão inter-relacionados (SAQUET, 2005). O território faz parte de uma totalidade restrita gerada pela intencionalidade, cuja diversidade de relações sociais cria diversos tipos de territórios, formados por diferentes escalas (multiescalar) e dimensões (multidimensional) (FERNANDES, 2005).

Além da multiescalaridade e multidimensionalidade, interessa-nos destacar a natureza do território que interfere no conhecimento e no pensamento e que é fundamental para a leitura que estamos propondo para o pensamento geográfico, denominado por Fernandes de *territórios (i)materiais*:

Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento. Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. **O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial. O conhecimento é um importante tipo de território, daí a essencialidade**

**do método que são espaços mentais (imateriais) onde os pensamentos são elaborados.** Para um uso não servil dos territórios dos paradigmas é necessário utilizar-se da propriedade do método (FERNANDES, 2005, p. 28, grifo nosso).

Como o espaço – na tentativa de superar a compreensão do território como algo uno, singular e imutável – chamamos a atenção para a importância desses territórios (i)materiais.

Produtores e produzidos por paradigmas, os grupos de pesquisa são compostos por pesquisadores que se unem para o estudo, construção e socialização do conhecimento. Eles compartilham diferentes leituras espaciais da realidade por meio do emprego, disputa e defesa de teorias, métodos, conceitos, ideologias e intencionalidades, dimensões que compõem os paradigmas. Os grupos de pesquisa são considerados expressões da pluralidade que a Geografia abarca, caracterizada pela unidade, diversidade e diferencialidade temática e paradigmática da Geografia Agrária<sup>2</sup>. Por conter essa relação de tensão e disputa, marcado pelo debate paradigmático e como parte das relações sociais que interagem junto ao espaço, os paradigmas conformam *territórios (i)materiais* (FERNANDES, 2009), o que também podemos denominar de *territórios paradigmáticos* como um dos tipos deste território (CAMPOS, 2012).

Como parte e expressão do pensamento geográfico, os grupos de pesquisa são territórios que compartilham temáticas e paradigmas. Os grupos de pesquisa não são territórios porque lutam por um pedaço de terra ou teto, mas porque estabelecem relações de poder ao disputar poderes explicativos sobre o espaço. Estes se materializam pelos/nos grupos de pesquisa e revelam posturas político-ideológicas na interpretação do espaço agrário. Cada grupo disputa *poderes explicativos* através de estratégias que disseminam os seus paradigmas, alimentando-os.

O conhecimento compartilhado pelos pesquisadores de grupos de pesquisa são territórios imateriais que procuram contribuir com o desenvolvimento de territórios materiais, no qual o campo é o espaço de vida e reprodução social. O conhecimento, a produção das ideias e o pensamento, elementos que fazem parte da imaterialidade, estão intimamente conectados à realidade material nos modelos de desenvolvimento para o campo.

Imaterialidade e materialidade são complementares e assim como o espaço, não podem, em hipótese alguma, serem dissociadas do entendimento sobre o território. É a mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico, por intermédio da intencionalidade, que determina a construção de territórios materiais (FERNANDES, 2005). A intencionalidade é um aspecto da (i)materialidade do território e que cerceia a sociedade. “O movimento do pensamento em sensações, percepções, leituras, reflexões é um aspecto do abstrato que é inerente aos processos territoriais significando, ao mesmo tempo, objetividade” (SAQUET, 2007, p. 171-172).

O poder liga o território às relações sociais de forma dialética. O caráter multidimensional do poder se expressa no seio da sociedade e se materializa nas ações em que a informação, aqui representada pelos paradigmas, se transforma em energia, portanto, em forças, disputas, tensões e conflitualidades (RAFFESTIN, 1993).

O conceito de campo científico de Bourdieu (2002) contribui com a discussão sobre a disputa paradigmática ao romper com a ideia harmônica do ambiente acadêmico. A universidade participa da luta política pela dominação científica, na qual a disputa e a concorrência são características que não podem ser olvidadas. O campo universitário é espaço de dominação e conflito (BOURDIEU, 2008). Como parte desse campo, os grupos de pesquisa não são espaços neutros, estão estruturados num sistema de relações que os põem em conflito acadêmico ao produzir seus paradigmas.

O *poder explicativo* está presente nos campos de produção intelectual e pode estar explícito ou implícito, consciente ou inconsciente, e permeia a construção intelectual dos grupos de pesquisa. Cada sociedade estabelece o seu próprio sistema de referências, uma

<sup>2</sup> A unidade, diversidade e diferencialidade temática e paradigmática será melhor delineada na secção seguinte.

espécie de política geral selecionada e aceita (FOUCAULT, 1979). Por isso, os grupos de pesquisa devem ser entendidos dentro do campo do poder, representado pela disputa paradigmática da qual participam.

O território (i)material é caracterizado pelas relações de *poder explicativo* dos paradigmas que os grupos tomam para si. Isso quer dizer que a disputa, a tensão e o conflito paradigmático fazem parte do pensamento geográfico. Na busca de uma leitura da realidade, eles participam de um espaço de luta teórica e que abrange todo um aparato político-ideológico. Sem essa disputa paradigmática, o pensamento geográfico não avança, sendo o diálogo o fio condutor que qualifica o conhecimento.

A disputa territorial não pode ser compreendida apenas com foco na materialidade, isto é, enquanto espaço físico, mas deve ser concebida desde a natureza do território, em que a existência de paradigmas distintos conforma territórios (i)materiais. Dependendo da posição político-ideológica assumida pelo pesquisador, os paradigmas constituem-se territórios teóricos e políticos que contribuem na transformação da realidade ou para a manutenção da ordem vigente (FERNANDES, 2005). Os grupos de pesquisa são *territórios paradigmáticos* que defendem visões de mundo diferentes.

A estrutura de socialização dos grupos de pesquisa é orientada para o desenvolvimento do conhecimento e faz parte das estratégias de difusão e defesa dos seus paradigmas. Elas são formas de alcançar o *poder explicativo* para convencer o outro sobre a força do seu paradigma, através de sua produção, explicitada nas monografias, teses, dissertações, livros, revistas, relatórios, projetos, eventos e na proposição de políticas públicas que também podem acontecer pelas redes de socialização.

Feitas estas considerações, buscar-se-á revelar, nas próximas linhas, a leitura sobre o conjunto da unidade, diversidade e diferencialidade temática e paradigmática dos grupos em Geografia Agrária que são compartilhados por seus membros no entendimento sobre o campo.

## **Grupos de pesquisa, paradigmas e questão agrária: leituras sobre a Geografia Agrária**

Nas mais diversas áreas do conhecimento científico, inclusive na Geografia Agrária, as pesquisas sobre o campo brasileiro podem ser analisadas a partir de dois grandes eixos paradigmáticos: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) (FERNANDES, 2005; FELÍCIO, 2011; CAMPOS, 2012)<sup>3</sup>.

Realizar o debate paradigmático é apenas uma proposta interpretativa da produção científica da Geografia Agrária. Ela não é única nem esgota outras possibilidades, mas indica uma outra que, além de identificar temas e paradigmas, também evidencia a postura política-ideológica da qual a universidade participa. Evidente que as pesquisas sobre o campo brasileiro não se resume a análise destes dois grandes eixos, mas adotá-la é uma questão de método. É uma questão de método porque o método faz parte de um sistema intelectual construído que permite abordar a realidade a partir de um ângulo particular (SANTOS, 1996). O método é a atividade pensante do sujeito (MORIN, 2008) que possibilita o pesquisador manipular a realidade estudada segundo a sua lógica. A lógica é construída pela liberdade e autonomia de escolha dos referenciais teóricos, o qual pode ser constituído pelo seu próprio pensamento ou pela subordinação a outros pesquisadores (FERNANDES, 2009).

Os paradigmas são pensamentos socializados e/ou compartilhados por estudiosos que se esforçam para construir interpretações e visões de mundo dos temas pesquisados. Apesar das contribuições, as construções conceituais de Kuhn (2007) sobre os paradigmas

<sup>3</sup> Este assunto vem sendo estudado por pesquisadores como Fernandes (2005; 2006; 2008; 2009; 2013), Ramos Filho (2008), Girardi (2008) e Felício (2011), referências que orientam nossas proposições. A pluralidade teórico-metodológica da Geografia Agrária nos mostra que mesmo dentro do PCA e do PQA existe uma infinidade de interpretações que também estão em disputas e conflitos. Um exemplo são as tendências e temáticas selecionadas e compartilhadas por cada grupo de pesquisa, como poderemos verificar nas páginas ulteriores.

e Fleck (2010) sobre os estilos de pensamento apresentam limitações inerentes as suas naturezas. Como foram concebidos para a interpretação do desenvolvimento científico de outras áreas do conhecimento, constituem-se, apenas, como canais de interlocução e diálogo que subsidiam o debate paradigmático. Conseqüentemente, os conceitos de paradigma e estilo de pensamento também nascem ancorados com preocupações distintas daquelas que tangenciam a Geografia. Santos (1996) argumenta para a especificidade da Ciência Geográfica, cabendo aos geógrafos a construção dos seus próprios referenciais:

[...] os conceitos em uma disciplina são frequentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. [...] É à Geografia que cabe elaborar os seus próprios conceitos, antes de tentar emprestar formulas de outros campos (SANTOS, 1996, p. 70-71).

As propostas de Kuhn e Fleck devem servir como referências para os estudos sobre o pensamento geográfico, mas seus limites não podem ser ignorados e/ou negados, mas superados. Ao argumentar sobre o processo de superação entre a lógica formal para a lógica dialética, Lefévre (1983) enfatizou o caráter histórico do conhecimento. Para alcançar a superação, é necessário ultrapassar seus conteúdos, porém, também, é preciso reconhecer a importância do que é superado, pois é só a partir dos resquícios do passado que a superação torna-se possível:

Na superação, o que é superado é abolido, suprimido – num certo sentido. Não obstante, em outro sentido, **o superado não deixa de existir, não recai no puro e simples nada; ao contrário, o superado é elevado a nível superior. E isso porque ele serviu de etapa, de mediação para a obtenção do “resultado” superior**; certamente, a etapa atravessada não mais existe em si mesma, isoladamente como ocorria num estágio anterior; mas persiste no resultado, através de sua negação (LEFÉVRE, 1983, p. 230-231, grifo nosso).

Desta forma, é a partir e não através das proposições elaboradas por Kuhn e Fleck que a discussão dos paradigmas dos grupos de pesquisa em Geografia Agrária é encaminhada. O referencial kuhniano não é proprietário do conceito de paradigma e, por isso, não deve ser limitado ao mesmo, podendo ganhar outras significações quando compreendidos à luz da Geografia. A conflitualidade paradigmática desses grupos, expressa pela pluralidade e confronto de opiniões e pontos de vista, é intrínseca à adoção de uma perspectiva dialética. Ao sinalizar para a pluralidade paradigmática, não se admite, como propôs Feyerabend (1977), a adoção do anarquismo metodológico, isto é, a regra do “vale tudo”. O intuito é esclarecer as diferentes formas de construção do conhecimento geográfico e sobressaltar a sua complexidade, conflitualidade e multiplicidade.

O pensamento formulado por Kuhn e Fleck encarou a ciência como uma organização formada por homens e ilumina o pensamento geográfico pela seguinte razão: ambos proporcionam elementos críticos que estremeceram as estruturas tradicionais empíricas, trazendo a discussão para a dimensão social do conhecimento, em que o compartilhamento, o direcionamento, a orientação, a seleção e a coesão do pensamento são *propriedades estruturais* do paradigma, o que remete ao tratamento de uma ciência que, em hipótese alguma, é neutra, mas é condicionada por ideologias e intencionalidades veiculadas por grupos e comunidades.

Essas *propriedades estruturais* fazem parte do que estamos denominando de paradigmas filosóficos e dão identidade, conteúdo e essência aos paradigmas. São pensamentos ofensivos que disputam o poder explicativo das mais diversas formas, utilizando estratégias de difusão do conhecimento, materializadas, principalmente, em livros, artigos, dissertações, teses, monografias e projetos de pesquisa.

Por isso, recorreremos ao conceito tendo em vista as *propriedades estruturais* de compartilhamento, direcionamento, orientação, seleção e coesão dos paradigmas, elementos consistentes para o estabelecimento de um diálogo junto à Geografia. Também

acreditamos que além das propriedades estruturais, os paradigmas possuem um conjunto de dimensões – teorias, métodos, conceitos, ideologias e intencionalidades – que possibilitam uma leitura crítica do pensamento construído no interior da Geografia, remetendo esta área do saber aos auspícios da pluralidade teórico-metodológica. A pluralidade implica em *diversidade* da organização das formas do pensar, isto é, na diversidade paradigmática que envolve os estudiosos na interpretação do campo. Do mesmo modo, a pluralidade também revela a *unidade*, de forma que cada grupo de pesquisadores elegem determinados temas e paradigmas para fundamentar suas interpretações. A *diferencialidade* dos paradigmas é outro elemento que as distintas visões de mundo construídas explicitam. A unidade, a diversidade e a diferencialidade manifestam a pluralidade da Geografia Agrária, seja considerando o seu temário ou paradigmas de estudo.

Ao analisar a produção intelectual da Geografia pela abordagem paradigmática, a conflitualidade é condição necessária. Ao tentar teorizar sobre os caminhos paradigmáticos da Geografia, “[...] é necessário ter uma abertura que permita a cada estudioso seguir seus próprios caminhos filosóficos, epistemológicos e políticos e que ele seja capaz de se adaptar a cada situação com que se defronte” (ANDRADE, 1995, p. 12). Tendo em vista essa abertura, o intento é interpretar a trajetória da Geografia Agrária à luz do debate paradigmático e da conflitualidade. Propomos uma Geografia que revele um sentido político à produção científica (OLIVEIRA, 1978), já que cada autor se compromete, explicita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, com paradigmas específicos para a apreensão da questão agrária e dos modelos de desenvolvimento para o campo. Ao alimentar suas visões, os grupos de pesquisa possibilitam o fortalecimento do PCA e/ou do PQA. Essa “conflitualidade acadêmica é salutar e não pode ser impedida pela ausência de debates entre os grupos de pesquisadores, que possuem diferentes paradigmas para ler as mesmas realidades” (FERNANDES, 2005, p. 22).

Estes dois paradigmas não se firmam, apenas, nas áreas do conhecimento, mas comparecem junto a outros segmentos, como movimentos camponeses, organizações sociais, instituições públicas e privadas e políticas públicas. Em qualquer um desses campos, os paradigmas geram conflitualidades porque possuem distintas referências teóricas, conceitos, métodos, metodologias, ideologias e intencionalidades para a leitura da realidade. Essa diferença comparece nos debates, publicações, pesquisas, projetos, eventos, manifestações (FERNANDES, 2005) e, inclusive, nos grupos de pesquisa (CAMPOS, 2012).

No conhecimento científico, como expressão do pensamento geográfico e da produção intelectual da Geografia Agrária, os grupos de pesquisa são *territórios (i)materiais*, espaços científicos, teóricos, políticos e ideológicos que socializam o conhecimento. Eles conduzem seus estudos e podem ser interpretados por paradigmas que são selecionados, direcionados e amplamente compartilhados pelos pesquisadores que possuem mais do que pesquisas, projetos e temáticas em comum, mas que compreendem diferentes modelos de desenvolvimento do campo brasileiro, ou seja, diferentes visões de mundo.

Não se trata de instituir uma leitura dual ou dicotômica sobre a produção construída pela Geografia Agrária, tampouco agrupar ou classificar, mas evidenciar a conflitualidade que toda forma de conhecimento abriga. “[...] Trata-se, isso sim, de construir as explicações das diferenças, demarcá-las e revelá-las por inteiro” (OLIVEIRA, 2004, p. 30). “O debate e o confronto das ideias são também função básica da produção acadêmica e da reflexão intelectual. Abrir a discussão sobre as múltiplas dimensões que envolvem as análises sobre o campo significa mergulhar no debate político, ideológico e teórico [...]” (OLIVEIRA, 2004, p. 29).

Partindo das dimensões política, ideológica e teórica, a leitura da produção dos membros dos grupos levou-nos a incorrer à esta forma de análise. A “[...] realidade é a única referência para se submeter à discussão de novas concepções teóricas” (OLIVEIRA, 2004, p. 29), na qual ficou evidente que o compartilhamento de um conjunto de métodos, teorias e conceitos sustentam paradigmas e mantém estreitas ligações com o caráter intencional e ideológico na maneira de compreender o desenvolvimento do campo. Os grupos de



pesquisa constituem-se em espaços de socialização do conhecimento e do saber, e não são, em hipótese alguma, espaços neutros. Como instituições sociais, podem reproduzir paradigmas, atuar como territórios propícios que alimentam paradigmas e reafirmam suas visões de mundo.

Na Geografia Agrária, até a década de 1980, Oliveira (1995) destacava duas correntes teóricas: uma delas defendia a proletarização do campesinato pela sua destruição através da diferenciação interna, produzida pelas contradições inerentes ao processo de integração no mercado capitalista. Os camponeses seriam, inevitavelmente, atingidos pela penetração das relações capitalistas de produção no campo; a outra defendia a permanência do campesinato – que não foi destruído e nem proletarizado –, sujeito constantemente destruído e recriado em virtude do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no campo e da produção capitalista de relações não-capitalistas de produção (FERNANDES, 2005).

Essas duas interpretações, a proletarização e o campesinato, são tendências do PQA e têm três principais elementos de análise: “[...] a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo” (FERNANDES, 2005, p. 11). Sua gênese está em pensadores como Karl Marx, Karl Kautsky, Vladimir Lênin, Alexander Chayanov, Rosa Luxemburg e Teodor Shanin (FELÍCIO, 2011). Eles são referenciais seminais para o estudo da questão agrária por versarem sobre os desdobramentos do avanço do capitalismo no campo. Kautsky e Lenin, principais pensadores desse paradigma, apostaram no fim do campesinato, assentados no pressuposto de sua eliminação em decorrência do avanço do capitalismo no campo, no entanto, para ambos, havia a perspectiva de superação do campesinato dentro do sistema socialista. Suas perspectivas exaltaram os camponeses como sujeitos ativos na luta contra o capital e na superação do sistema capitalista. Kautsky e Lenin admitiram a conflitualidade, em que o enfrentamento, a luta de classes e a resistência deveriam ser considerados.

A conflitualidade é um conceito importante para o PQA na análise dos modelos de desenvolvimento da agricultura. O movimento de destruição e recriação de relações sociais demonstra a conflitualidade entre diferentes modelos (FERNANDES, 2005). Fernandes esclarece sobre o método do PQA:

O foco do método do paradigma da Questão Agrária **dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que destrói e recria, como também enfrenta estratégias de resistências do campesinato, em constante diferenciação e reinvenção social**, permanecendo ele mesmo e mudando em seu tempo presente, projetando o futuro e transformando o passado em história (FERNANDES, 2005, p. 20, grifo nosso).

Por aceitar a conflitualidade, o escopo de análise deste paradigma não se limita à lógica do capital. O enfrentamento a este modo de produção é condição para a recriação do campesinato. Pesquisas que trazem a perspectiva da luta pela terra, como movimentos sociais/socioterritoriais, assentamentos rurais, ocupações de terras, disputas territoriais, políticas públicas e manifestações, por exemplo, revelam o enfrentamento à lógica imposta. São pesquisas que não se limitam à reprodução econômica e enveredam para a reprodução da existência do campesinato enquanto sujeitos políticos, capazes de promover mudanças e transformações.

Para este paradigma, a questão agrária é um problema estrutural e inerente ao desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo. A *proletarização* e a *recriação do campesinato* são as duas tendências internas (FERNANDES, 2005; FELÍCIO, 2011). Defende que a luta pela terra e pela reforma agrária possibilitam a (re)criação do campesinato, pois mesmo com o aumento da desigual estrutura agrária, o número de camponeses na luta pela terra no Brasil também cresce simultaneamente (FELÍCIO, 2011). A perspectiva de suas pesquisas está na transformação da sociedade, no enfrentamento e na superação do capitalismo, sendo a luta pela terra uma luta contra o capital. Seus

pensadores valorizam o protagonismo do campesinato mediante as lutas de resistência e análise dos processos de (re)criação.

Os estudos analisados diante da leitura do PQA transitaram por duas tendências, a *proletarização* e o *campesinato*, reunindo os seguintes grupos de pesquisa: *Geografia Agrária*, *Centro de Estudos de Geografia do Trabalho* (CEGeT) e o *Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária* (NERA). Para estes grupos, a questão agrária é intrínseca ao desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo e a possibilidade de solução da problemática agrária está fincada na perspectiva de superação desse sistema.

Para o grupo *Geografia Agrária* (USP), a preocupação está no estudo do campesinato e da questão agrária brasileira. O leque de temáticas investigadas pelo grupo é bastante amplo: luta pela terra e movimentos sociais, relação campo-cidade e/ou rural urbano, comunidades tradicionais, a questão sobre a agroenergia, com destaque para os biocombustíveis, as práticas da agricultura orgânica/agroecológica, a agricultura familiar/camponesa e trabalhos que discutem a temática teórico-metodológica, sobretudo, do marxismo e da política para a teoria do campesinato e sobre a etnoconservação.

A teoria do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do território é elementar, em que a recriação das relações não-capitalistas de produção tem na resistência do campesinato a sua concretização. O enfrentamento ao capital e a defesa do projeto de transformação da sociedade é delineado pelos estudiosos. A luta pela terra, a sujeição da renda ao capital, a resistência, a exploração, a subalternidade, a reforma agrária, os movimentos sociais, o anarquismo, a territorialização camponesa e o monopólio agroindustrial são algumas das discussões selecionadas e compartilhadas pelo grupo que expressa a tendência do *campesinato* do PQA.

No CEGeT (UNESP), o grupo propõe realizar uma leitura geográfica através da temática trabalho, que se relaciona a outras, como luta pela terra e pela água, os conflitos que mediam esse espaço de disputa, sindicatos e movimentos sociais (urbanos e rurais), as práticas da agricultura mecanizada e os impactos na organização da produção familiar, o agronegócio e as relações de trabalho são temáticas que circundam e entram em contato com a temática principal. Outra temática que tem sido trabalhada refere-se ao estudo das comunidades amazônicas e suas relações de trabalho e a análise do discurso jornalístico.

Ao sinalizar para a realização de uma “Geografia do Trabalho”, seus membros compartilham estudos sobre as múltiplas formas de expressão do trabalho para ações políticas de caráter emancipatório. O objetivo é adentrar no processo metabólico do capital e apreender os seus desdobramentos para o mundo do trabalho. A relação capital x trabalho é o cerne das discussões do grupo, no qual as redefinições do trabalho se constituem como o ponto de partida para as questões atinentes ao gênero, agroecologia, cooperativismo, movimentos sociais, luta pela terra e ao discurso do agronegócio, por exemplo. A superação do capital e o enfrentamento político colocam os pesquisadores desse grupo junto ao PQA e a tendência do *campesinato* e da proletarização compõem para o grupo.

No *Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária* (NERA-UNESP), a grande temática é a disputa territorial, organizada sob outras, tais como a luta pela terra – ocupações de terras, assentamentos rurais, estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais e manifestações do campo, impactos socioterritoriais – assentamentos, agricultura camponesa, agronegócio e desenvolvimento territorial – e territórios do saber – educação do campo, ensino de geografia, representação documental da luta pela terra, pensamento geográfico e o debate paradigmático.

Os estudiosos vinculados ao grupo entendem a luta pela terra, a disputa territorial e a conflitualidade como as principais discussões que questionam a ordem vigente para superação da lógica do capital. A conflitualidade é concebida como elemento inerente ao desenvolvimento do campo, em que a (re)produção social camponesa não é vista, apenas, pelo viés produtivo e econômico, mas pela consciência política de luta como instrumento de transformação da realidade. São focalizados estudos que não veem, apenas, a integração ao mercado e a comercialização dos produtos, mas espaços que contestam as relações capitalistas de produção que expropriam, das mais variadas formas, as famílias

camponesas. O debate paradigmático e a cartografia crítica também são temas que transparecem a conflitualidade no tratamento da questão agrária.

A gênese do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) está nas obras de Henri Mendras e Hugues Lamarche (FELÍCIO, 2011). Este paradigma alcançou ímpeto na década de 1990 com a publicação da tese de doutorado do economista Ricardo Abramovay e publicado no formato de livro no ano de 1992, intitulado “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”. Nesta obra, o autor opôs-se à visão marxista e defendeu que os países ricos capitalistas, ao invés da proletarianização dos agricultores, estariam integrados no mercado, já que nesses a agricultura familiar apresentou uma participação expressiva.

Para o autor, o problema não reside no capitalismo que expropria os sujeitos de seus territórios, mas no campesinato que, por ser caracterizado como uma sociedade parcial e de mercado incompleto, não se adequa ao sistema capitalista. “[...] Abramovay inverte o sentido dado pelo paradigma da Questão Agrária: o problema não está no capitalismo, mas sim no campesinato” (FERNANDES, 2005, p. 15).

O método do PCA assenta-se nos processos determinantes e dominantes do capital, transformando (metamorfoseando) o sujeito camponês para adequá-lo e inseri-lo no mercado, isto é, transformá-lo em agricultor familiar. As relações que fazem parte do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura possibilitam compreensões distintas e, por isso, permitem que o camponês seja metamorfoseado e o coloca dentro de paradigmas divergentes (FERNANDES, 2005). Como esse paradigma tem a intenção de ocultar o universo camponês, decidiu-se negá-lo, defendendo a sua metamorfose num “outro sujeito”, o agricultor familiar (THOMAZ JR., 2006).

Ao contrário do PQA, que entende a questão agrária como um problema estrutural, o PCA entende essa mesma questão como um problema conjuntural. A solução depende de uma mudança na conjuntura socioeconômica, determinada pelo desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 2005). A superação é aceita dentro do próprio sistema, em que as relações devem correr paralelamente com as estruturas nacionais de mercado e no controle do Estado. O capitalismo é entendido como sistema capaz de solucionar os problemas do campo, tendo nas políticas públicas, por exemplo, um dos meios para o desenvolvimento da agricultura, como o Programa Novo Mundo Rural, Proceca, Pronaf e o Pronera. “Basta ao campesinato lutar ao lado do capital tecnificando e se integrando no processo produtivo, promovendo a metamorfose do camponês em agricultor familiar [...]” (FELÍCIO, 2011, p. 5-6).

Enquanto no PQA as pesquisas se direcionam na luta contra o capital e nas práticas de resistência, no PCA, as soluções estão nas políticas públicas desenvolvidas diante de projetos de integração ao mercado. Como o PQA, o PCA tem duas tendências internas: a *agricultura familiar* e o *agronegócio*. Neste paradigma não existe lugar para a conflitualidade ou antagonismo, de maneira que ambas as tendências dão continuidade ao desenvolvimento do modo capitalista de produção. A lógica do PCA não nega a luta pela terra, mas também não dá foco à ação como um instrumento de superação, mas nas políticas públicas de Estado, na pluriatividade e nas novas ruralidades. A agricultura familiar faz parte do sistema capitalista que, ditado por essa lógica, não pode se afastar dessas premissas porque ela é hegemônica e totalizante:

A lógica do paradigma do Capitalismo Agrário cria um estado de mal estar, quando o assunto a ser discutido implica em contestar o capitalismo, porque isso lhe atinge o âmago. Este é o limite de sua ideologia. A desobediência só é permitida dentro dos parâmetros estipulados pelo desenvolvimento do capitalismo. A partir desse ponto é subversão. A “integração plena” carrega mais que um estado de subordinação contestada, contém o sentido da obediência às regras do jogo comandado pelo capital. Neste paradigma, o camponês só estará bem, se integrado plenamente ao capital (FERNANDES, 2005, p. 23-24).

Para os pesquisadores do PCA, a transformação da realidade só existe no interior do capitalismo e para os pesquisadores do PQA a transformação da realidade está na

superação do capitalismo, todavia ainda sem perspectivas. A diferencialidade destas posturas paradigmáticas está na direcionalidade que as visões de mundo propõem. Para os grupos que perfilham o PQA, além do reconhecimento dos limites do capitalismo, existe uma postura teórica e político-ideológica bem demarcada de superação, fazendo desse problema a centralidade das suas pesquisas. A diferença que os distingue é a perspectiva de superação para o PQA e de permanência no capitalismo para o PCA.

Os estudos analisados diante da leitura do PCA apresentaram como tendência predominante a *agricultura familiar*, agrupando: o Núcleo de Estudos Agrários (NEA), *Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro*, *Geografias da Modernidade: geografia e gênero, família e trabalho* e o *Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária* (GEDRA). Neste paradigma, todos fazem a crítica ao capitalismo no sentido da integração à lógica capitalista, em que a mudança – analisada em alguns grupos e trabalhos – deve ser feita dentro do próprio sistema.

O grupo *Geografias da Modernidade* (USP) interessa-se na questão da modernidade tecnológica da cana-de-açúcar, com destaque para o gênero, a tecnificação agrícola e a evolução espacial da ocupação. As principais temáticas desenvolvidas dividem-se em três grandes grupos: gênero, migração e modernização tecnológica/trabalho/cana-de-açúcar, sendo esta última a temática unificadora.

A questão da modernização tecnológica do campo constitui-se como temática central, e faz contraponto com o trabalho do circuito inferior no campo – mão de obra volante e queda gradativa de ocupação da força de trabalho. A partir dessa questão, o grupo voltou-se ao estudo e compartilhamento de temáticas como o êxodo rural, a migração, a proletarização e subordinação do pequeno produtor, as relações do Estado no processo de modernização agrícola, as políticas públicas e as relações de gênero.

Nas análises realizadas, os pesquisadores vinculados ao grupo, mesmo vislumbrando a contradição capital/trabalho e criticando veementemente a exploração decorrente do modo de produção capitalista, mantiveram seus olhares fora da perspectiva de superação e transformação da sociedade e, em algumas vezes, sem a perspectiva da conflitualidade.

No NEA, localizado na UNESP-Rio Claro, os temas centraram-se na abordagem teórico-metodológica da Geografia Agrária, no turismo rural e na pluriatividade, nos impactos da modernização da agricultura e no avanço do setor canavieiro, na agricultura familiar e na multifuncionalidade, na questão da migração e na relação campo-cidade/rural-urbano e nas dinâmicas dos pequenos municípios e sua relação com aspectos da ruralidade.

Os trabalhos acadêmicos do grupo tomados para análise selecionaram para estudo a influência das novas ruralidades e permanências na organização do espaço, a forma com que políticas públicas se materializaram no espaço, o processo de transformação das comunidades faxinalenses na simultaneidade entre a modernidade e a tradição, a viabilidade econômica da agricultura urbana e a modernização do campo em conjunto com o Estado e as agroindústrias da cana. A unidade familiar camponesa foi estudada na perspectiva de integração ao mercado via Complexo Agroindustrial CAI, em que a recriação do campesinato se deu na articulação com cooperativas e agroindústrias. Questões relativas à teoria e método em Geografia também foram tratadas pelo grupo. Em nenhum desses temas, o enfrentamento, a luta de classes e a conflitualidade latente do campo foi debatida. A perspectiva de superação do capitalismo não compareceu como preocupação, tampouco uma questão agrária.

O GEDRA (UNESP-Presidente Prudente) priorizou temáticas que tratam a renda agrícola e não-agrícola, associativismo e cooperativismo rural, organização e a formação de núcleos urbanos, com destaque para as relações campo/cidade e/ou rural/urbano, a questão do envelhecimento no meio rural, as cadeias produtivas, a interação da agricultura com a indústria, as formas de viabilidade e a adoção de inovações tecnológicas e a questão das políticas públicas, foram os temas mais prestigiados pelo grupo.

Os pesquisadores do GEDRA selecionaram e compartilharam estudos que direcionaram a atenção para a complexidade e a diversidade existente no campo, entendendo que o conceito de agricultura familiar é o mais adequado para apreender essa

realidade. A estratégia de (re)produção social está assentada na integração ao mercado, na diversificação produtiva, novas ruralidades, nas atividades agrícolas e não-agrícolas e na pluriatividade, atividades que possibilitam o aumento das opções de renda de inúmeras famílias e a sua permanência no campo.

A agricultura familiar é tratada por uma perspectiva econômica, privado do conflito e da contradição que a questão agrária traz. Para o grupo, o Estado é a instituição responsável de prover as condições de distorção engendradas pelo modo capitalista de produção, através da criação de programas, políticas públicas, associações, cooperativas e agroindústrias, entendidas como estratégias que garantem a reprodução social e a integração no mercado da agricultura familiar. As interpretações do grupo não deixam de evidenciar as relações de exploração sofridas pela agricultura familiar, selada pelo Estado e dirigida pelo grande capital, contudo, a alternativa para a sobrevivência respalda-se na integração das famílias ao capitalismo, sistema que possibilita a recriação social e econômica da agricultura familiar.

O grupo *Logística, Agricultura e Uso do Território Brasileiro* (Unicamp), desenvolveu seus estudos centrados na análise das redes e fluxos e na análise regional. Com relação às redes e fluxos, são analisados os efeitos da modernização e da exportação agrícola no território brasileiro considerando a região competitiva e a logística para explicar a organização do território. Já no que concerne a análise regional, busca-se a compreensão do uso corporativo do território brasileiro pelas empresas processadoras de suco de laranja, relacionando-se, deste modo, a análise do circuito espacial produtivo. Embora a tendência da agricultura familiar compareça como predominante para a Geografia Agrária, o grupo não se dedicou à investigação destes sujeitos, mas no estudo de como o espaço geográfico é redefinido para o atendimento de grandes corporações, sem direcionar o olhar para a agricultura familiar.

Para esse grupo, o PCA materializou-se no compartilhamento de estudos que envolveram o debate sobre os usos corporativos do território brasileiro. O grupo tem uma unidade paradigmática bastante coesa em torno do referencial de Milton Santos, no qual o território brasileiro é interpretado diante do acelerado processo de intensificação da racionalização produtiva, em que o uso corporativo e empresarial se coloca à frente dos interesses da sociedade local. Embora se admitam os problemas que a lógica capitalista carrega e propaga, os trabalhos não estão focados na discussão da agricultura familiar ou campesina e não trazem a superação e enfrentamento do sistema como perspectiva central. Tratou-se de desvendar o papel das normas e das técnicas para a regulação e controle do território, seja via tecnologia da informação, logística de produtos agrícolas (*commodities*) ou sistemas de transporte. O entendimento da agricultura familiar e camponesa não foi alvo dos estudos desenvolvidos pelo grupo.

Embora apresente a diferença fundamental de superação e permanência do capitalismo, o PQA e o PCA não são paradigmas excludentes. Eles demonstram a pluralidade paradigmática, marcada pela unidade, diversidade e diferencialidade, mas que possuem uma *faixa de contato*, na qual temáticas, questões e tendências se aproximam.

O grupo *Agricultura e Urbanização* (USP) representa essa proximidade e contato entre os paradigmas. A temática principal está no estudo da relação campo/cidade e agricultura/urbanização. O grupo desenvolve pesquisas específicas sobre estudos agrários ou urbanos, com destaque também para as pesquisas entre geografia, literatura e cinema, atuando como perspectivas complementares da temática principal. O trabalho escravo, a questão de gênero e os agrocombustíveis, também fazem parte do temário do grupo, além daquelas associadas às comunidades tradicionais brasileiras, com ênfase para as comunidades quilombolas, caiçaras e indígenas.

Nesse grupo, a análise paradigmática é emblemática, pois transita na *faixa de contato* dos dois paradigmas (PCA e PQA). Dentre os trabalhos analisados, existem aqueles que discutiram as formas de resistência e recriação das relações não-capitalistas, exaltando a força do campesinato e a luta pela terra, como trabalhos que se abstiveram desse debate e não questionaram a lógica do capital. Neste último, os trabalhos se dedicaram a descrever

o processo de modernização do campo, a relação cidade/campo e a mercantilização e apropriação do espaço.

O debate paradigmático revela como a Geografia Agrária vem sendo impactada pelos diferentes temas e paradigmas, mapeando e analisando o pensamento geográfico. A universidade constitui-se em um espaço de luta, e a Geografia Agrária cabe incorporar essa conflitualidade paradigmática à sua abordagem independentemente da posição assumida (GERMANI, 2005):

Não é mais uma questão de você contar população, ver se é urbana, ver se é rural, ver o quê produz, como produz, localização, condições climáticas, usar imagens de satélite, GPS... Mas você tem um conflito explicitado que vai parecer mesmo que não se queira mostrar... O próprio pesquisador passa a se sentir, obrigatoriamente, parte dessa realidade, ele deve não só interpretar, mas ele deve tomar posições que tem a ver com posições de classe desse pesquisador (GERMANI, 2005, p. 62).

A análise mediada pelo debate paradigmático demarcou não apenas a unidade temática de cada grupo, mas revelou a diversidade e a *diferencialidade temática* da Geografia Agrária e nas quais os grupos de pesquisa compõem o complexo mosaico do pensamento geográfico (CAMPOS, 2012). Através da proposição da abordagem paradigmática, observamos a pluralidade e a conflitualidade de perspectivas no pensamento geográfico, apontando para a unidade, diversidade e diferencialidade da Geografia Agrária paulista e brasileira.

Na procura de construir uma leitura geográfica, a unidade, diversidade e diferencialidade temática e paradigmática dos grupos de pesquisa foram interpretadas à luz do conceito de território (i)material. Grupos e paradigmas são territórios (i)materiais que propagam e disputam *poderes explicativos* para explicar o espaço geográfico. Para o PCA, a questão agrária e a conflitualidade não são reconhecidas, sem a perspectiva de transformação dos padrões estruturais do modo capitalista de produção. A solução está na integração da organização camponesa ao sistema capitalista. Diferentemente, o PQA orienta seus estudos diante da ideia de (re)criação e apropriação da riqueza produzida pelo campesinato, aproximando-se de questões que buscam a superação do modelo excludente capitalista e trata a conflitualidade como uma das formas de desenvolvimento do campo.

## Considerações finais

Ao elucidar para a interlocução entre o debate paradigmático e os territórios (i)materiais, a questão não é situar grupos e paradigmas no âmbito qualitativo, demonstrando uma suposta superioridade científica de qualquer um deles. O que se busca é confrontar as perspectivas e evidenciar o tom de conflitualidade presente no pensamento geográfico e que resulta na unidade, diversidade e diferencialidade temática e paradigmática da Geografia Agrária. Romper com a neutralidade científica é outra questão que emerge. Refletir o pensamento geográfico diante dessa abordagem representa, apenas, uma proposta de leitura da realidade dentre as inúmeras que possam existir. Ela é parcial como todos os trabalhos acadêmicos porque, mesmo no maior dos seus esforços, nunca conseguirá captar a totalidade e será imparcial.

## Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 25, n. 49/50, p. 4-14, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Tucuman: Montessor, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. 389 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. 215 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT), Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

\_\_\_\_\_. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, v. 20, 2006.

\_\_\_\_\_. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-301.

\_\_\_\_\_. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

\_\_\_\_\_. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. (Livre-docência em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT), Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.

GERMANI, Guiomar Inez. Tradição x Tecnologia: As novas territorialidades do espaço brasileiro. [2004]. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 1, nº 12, p. 45-86, 2005. Entrevista concedida a Eraldo Silva Ramos Filho durante o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), em Gramado (RS).

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das revoluções científicas**. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Contribuição para o estudo da Geografia Agrária**: crítica ao "Estado Isolado" de Von Thunen. 1978. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia. FFLCH-USP, São Paulo.

\_\_\_\_\_. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 25, nº. 49-50, p. 17-57, 1995.

\_\_\_\_\_. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004, p. 27-64.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). 2008. 409 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. São Paulo, **Terra Livre**, n.5, s/p, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, Marcos Aurelio. Construindo uma proposta de abordagem territorial (i)material. In: SAQUET, Marcos Aurelio (org.). **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 157-200.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. (Des)Realização do trabalho no campo e os limites da teoria - repensar crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 1, 2006, Niterói. **Anais do Encontro da Rede de Estudos Rurais**, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 1-15.

Recebido para publicação em 30 de novembro de 2013

Devolvido para revisão em 03 de janeiro de 2014

Aceito para publicação em 16 de janeiro de 2014